

CIELO S.A.

4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 4ª Emissão de Debêntures da CIELO S.A. (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website [www.pentagonotrustee.com.br](http://www.pentagonotrustee.com.br).

Atenciosamente,

**PENTÁGONO S.A. DTVM.**

\*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

## Características da Emissora

- Denominação Social: CIELO S.A.
- CNPJ/MF: 01.027.058/0001-91
- Diretor de Relações com Investidores: Sr. Clovis Poggetti Junior
- Atividades: (i) a prestação de serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de estabelecimentos prestadores de serviços para a aceitação de cartões de crédito e de débito, bem como de outros meios de pagamento ou meios eletrônicos necessários para registro e aprovação de transações não financeiras; (ii) o aluguel, o fornecimento e a prestação de serviços de instalação e manutenção de soluções e meios eletrônicos ou manuais para a captura e processamento de dados relativos às transações decorrentes de uso de cartões de crédito e de débito, bem como com outros meios de pagamento ou meios eletrônicos necessários para registro e aprovação de transações não financeiras e dados eletrônicos de qualquer natureza que possam transitar em rede eletrônica; (iii) prestação de serviços de instalação e manutenção de soluções e meios eletrônicos para automação comercial; (iv) a administração dos pagamentos e recebimentos à rede de estabelecimentos credenciados, mediante captura, transmissão, processamento dos dados e liquidação das transações eletrônicas e manuais com cartões de crédito e de débito, bem como outros meios de pagamento e meios eletrônicos ou manuais destinados a transações não-financeiras, bem como a manutenção dos agendamentos de tais valores em sistemas informáticos; (v) a representação de franquias nacionais e internacionais de meios manuais e eletrônicos de pagamento; (vi) a participação em outras sociedades como sócia ou acionista, direta ou indiretamente, no Brasil ou no exterior; (vii) a prestação de serviços de distribuição de produtos financeiros, securitários, seguro saúde e previdência privada; e (viii) desenvolvimento de outras atividades correlatas, de interesse da Emissora.

## Características da Emissão

- Emissão: 4ª

- Séries: Única
  - Data de Emissão: 13/04/2015
  - Data de Vencimento: 13/04/2018
  - Banco Escriurador/Mandatário: Banco Bradesco S.A.
  - Código Cetip/ISIN: CIEL14/ BRCIELDBS005
  - Coordenador Líder: Banco Bradesco BBI S.A.
  - Destinação dos Recursos: Os recursos captados por meio desta Emissão serão integralmente destinados para o resgate antecipado de notas promissórias comerciais da 1ª emissão da Emissora, objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, em série única, no valor total de R\$ 4.600.000.000,00, na data de emissão (“Notas Promissórias”).
  - Tipo de Emissão: Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária.
1. **Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia:** (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora.
  2. **Alterações Estatutárias:** (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Em AGE\*, realizada em 08/04/2016, foi aprovada a alteração do Estatuto Social da Companhia, conforme segue: (i) artigo 7º, em virtude da deliberação de aumento do capital social da Companhia; e (ii) a inclusão do artigo 48 no Estatuto Social, a fim de atender ao disposto no Regulamento da BM&FBOVESPA para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários.

\*Ademais, informamos que a mencionada AGE foi realizada juntamente com a AGO da Companhia.

3. **Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa:** (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- **A Empresa**

- **Atividade Principal:** 82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente;
- **Situação da Empresa:** ativa;
- **Natureza do Controle Acionário:** privado;
- **Critério de Elaboração do Balanço:** legislação societária.

- **Situação Financeira**

- **Liquidez Geral:** de 0,75 em 2015 para 0,93 em 2016;
- **Liquidez Corrente:** de 1,57 em 2015 para 1,75 em 2016;
- **Liquidez Seca:** de 1,57 em 2015 para 1,75 em 2016;
- **Giro do Ativo:** de 0,37 em 2015 para 0,40 em 2016.

- **Estrutura de Capitais**

A Companhia apresentou uma redução nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 36,1% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido também apresentou uma redução de 29,9% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou uma redução de 26,2% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Exigível a Longo Prazo uma redução de 16,7% de 2015 para 2016, e uma variação negativa no índice de endividamento de 12,6% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. **Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado:** (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO: R\$ 10.000,0000
- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: não aplicável
- REMUNERAÇÃO\*: 105,80% do DI

\*Redação em conformidade com o 1º Aditamento à Escritura de Emissão.

- PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016):

Amortização:

13/04/2016 – R\$ 3.333,330000

Juros:

13/04/2016 – R\$ 718,470499

13/10/2016 – R\$ 486,750776

- POSIÇÃO DO ATIVO:

Quantidade em circulação: 460.000

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 460.000

5. Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)
  - Resgate: não houve;
  - Amortização: conforme item 4 acima;
  - Conversão: não aplicável;
  - Repactuação: não aplicável;
  - Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: conforme item 4 acima;
  - Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: não houve.
6. Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso: (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. Relação dos bens e valores entregues à sua administração: (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão: (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Emissora obriga-se, sob pena de serem declaradas vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures, a observar, entre outras obrigações, o índice financeiro previsto no item 4.13.2, alínea “(xiii)” da Escritura de Emissão.

### COVENANTS

EBITDA Ajustado **7.945**

Dívida Líquida **8.170**

**Dívida Líq. /  
EBITDA Ajustado** **1,03**

Valores em R\$/milhões

DÍVIDA	TOTAL
Finame	269
Bonds (Cielo S.A. e Cielo USA)	2.844
Debêntures Públicas	3.153
Debêntures Privadas	3.502
Finep	59
Op. 4131 USD (BMTU)	965
<b>Dívida Total</b>	<b>10.791</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.659
Derivativos a Receber/Pagar	(38)
<b>Dívida Líquida</b>	<b>8.170</b>

Valores em R\$/milhões

MÊS	EBITDA	RECEITA ANT. LÍQ. DE ENCARGOS FIN.	EBITDA AJUSTADO
jan-16	480	215,393	695
fev-16	474	198,702	673
mar-16	454	209,298	663
abr-16	434	206,408	640
mai-16	464	196,209	660
jun-16	451	200,954	652
jul-16	499	212,006	711
ago-16	457	202,798	660
set-16	427	188,755	616
out-16	454	190,718	644
nov-16	443	179,640	623
dez-16	499	208,919	708

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão.

10. **Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures:** (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie quirografária, sem garantias.

11. **Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período:** (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não aplicável.

12. **Parecer:**

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, que manteve seu registro atualizado junto à CVM - Comissão de Valores Imobiliários.

13. **Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário:** (Artigo 12, alínea l, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea "b" da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de debêntures da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

**PENTÁGONO S.A. DTVM**



## DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

## Anexo 1

### DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	30.544.070	29.977.801	18.679.674
1.01	Ativo Circulante	13.743.400	12.675.854	13.681.733
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.658.956	1.249.524	3.998.721
1.01.03	Contas a Receber	11.084.444	11.213.016	9.683.012
1.01.03.01	Cilentes	11.014.048	11.151.905	9.641.389
1.01.03.01.01	Contas a Receber Operacionais	11.014.048	11.151.905	9.641.389
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	70.396	61.111	41.623
1.01.03.02.01	Contas a Receber com partes relacionadas	0	459	384
1.01.03.02.02	Impostos Antecipados a Recuperar	9.416	1.814	1.514
1.01.03.02.03	Outros Valores a Receber	37.210	41.488	29.513
1.01.03.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	23.770	17.350	10.212
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0	213.314	0
1.01.08.03	Outros	0	213.314	0
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	0	213.314	0
1.02	Ativo Não Circulante	16.800.670	17.301.947	4.997.941
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.613.895	2.154.824	1.885.401
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	75.481	66.124	0
1.02.01.01.03	Aplicações Financeiras	75.481	66.124	0
1.02.01.03	Contas a Receber	39.195	41.352	20.192
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	39.195	41.352	20.192
1.02.01.06	Tributos Diferidos	976.607	744.893	756.734
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	976.607	744.893	756.734
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.522.612	1.302.455	1.108.475
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	1.522.612	1.302.455	1.108.475
1.02.02	Investimentos	104.353	105.108	69.010
1.02.03	Imobilizado	640.099	751.517	723.915
1.02.04	Intangível	13.442.323	14.290.498	2.319.615

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**
**(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2014</b>
2	Passivo Total	30.544.070	29.977.801	18.679.674
2.01	Passivo Circulante	7.852.780	8.063.954	10.267.544
2.01.02	Fornecedores	3.336.442	3.436.056	4.280.530
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.336.442	3.436.056	4.280.530
2.01.02.01.01	Contas a Pagar a Estabelecimentos	1.924.255	1.503.254	1.330.176
2.01.02.01.02	Antecipação de Recebíveis com Emissores	574.604	1.269.190	2.250.035
2.01.02.01.03	Fornecedores	837.583	663.214	700.319
2.01.02.01.04	Contas a Pagar com Partes Relacionadas	0	398	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	409.789	275.733	442.548
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.921.002	3.291.228	4.833.602
2.01.05	Outras Obrigações	1.185.547	1.060.937	710.864
2.01.05.02	Outros	1.185.547	1.060.937	710.864
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	587.560	540.938	475.801
2.01.05.02.04	Instrumentos financeiros derivativos a pagar	37.665	0	0
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	560.322	519.999	235.063
2.02	Passivo Não Circulante	9.788.300	11.749.880	4.087.730
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	7.870.107	10.008.265	2.506.140
2.02.02	Outras Obrigações	34.445	17.667	13.292
2.02.03	Tributos Diferidos	224.329	303.678	344.665
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	224.329	303.678	344.665
2.02.04	Provisões	1.659.419	1.420.270	1.223.633
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.659.419	1.420.270	1.223.633
2.02.04.01.05	Provisões para Riscos trabalhistas, tributários e cíveis	1.659.419	1.420.270	1.223.633
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	12.902.990	10.163.967	4.324.400
2.03.01	Capital Social Realizado	3.500.000	2.500.000	2.000.000
2.03.02	Reservas de Capital	-119.562	-76.343	-118.624
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-103.967	-140.648	-194.478
2.03.02.07	Reserva de Capital	66.689	64.305	75.854
2.03.02.08	Transações de capital entre sócios	-82.284	0	0

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2014</b>
2.03.04	Reservas de Lucros	5.851.974	4.083.619	2.421.765
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	10.989	13.401	5.969
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	3.659.589	3.643.290	15.290

## Anexo 2

### DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício	Penúltimo Exercício	Antepenúltimo Exercício
		01/01/2016 a 31/12/2016	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	12.300.784	11.122.314	7.725.578
3.01.01	Receita Operacional	13.543.949	12.236.954	8.494.167
3.01.02	Impostos sobre Serviços	-1.243.165	-1.114.640	-768.589
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-5.994.759	-5.310.684	-3.050.620
3.03	Resultado Bruto	6.306.025	5.811.630	4.674.958
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.736.559	-1.479.946	-1.263.455
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.736.559	-1.479.946	-1.263.455
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-561.952	-520.063	-383.404
3.04.02.02	Despesas com Pessoal	-526.131	-464.556	-371.065
3.04.02.04	Vendas e Marketing	-320.413	-243.828	-267.571
3.04.02.05	Outras Despesas Operacionais, Líquidas	-342.066	-254.867	-232.894
3.04.02.06	Equivalência Patrimonial	14.003	3.368	11.479
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	4.569.466	4.331.684	3.411.503
3.06	Resultado Financeiro	1.451.310	1.103.147	1.396.365
3.06.01	Receitas Financeiras	2.643.847	2.276.677	1.528.504
3.06.01.01	Receitas Financeiras	244.783	144.479	19.760
3.06.01.02	Resultado com aquisição de recebíveis e FIDC	2.409.800	2.129.827	1.508.551
3.06.01.03	Variação Cambial, Líquida	-10.736	2.371	193
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.192.537	-1.173.530	-132.139
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-1.192.537	-1.173.530	-132.139
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	6.020.776	5.434.831	4.807.868
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.837.280	-1.783.396	-1.578.935
3.08.01	Corrente	-2.100.867	-1.813.139	-1.763.725
3.08.02	Diferido	263.587	29.741	184.790
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	4.183.496	3.651.433	3.228.933
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	4.183.496	3.651.433	3.228.933
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	4.005.450	3.511.436	3.219.847
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	178.046	139.997	9.086
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			



## Anexo 3

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores e aos Acionistas da Cielo S.A.

Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cielo S.A. ("Sociedade"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cielo S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Cielo S.A. e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### 1. Processo de captura, processamento e liquidação das transações

A Sociedade mantém um plano de investimentos sistêmicos contínuo com o objetivo de garantir o funcionamento e continuidade de suas operações relacionadas à captura, processamento e liquidação das transações com cartões de crédito e débito e manter a segurança e a confiabilidade das informações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Adicionalmente, a sociedade tem implementado um processo de monitoramento do registro e liquidação das transações, que inclui conciliações, confronto de informações com relatórios de terceiros, entre outros controles internos, que suporta a integridade e precisão no registro das transações e no reconhecimento automático das receitas operacionais e outras informações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, principalmente relacionadas às rubricas de saldos a pagar a estabelecimentos comerciais e saldos a receber de bancos emissores. Em função da alta complexidade inerente ao processo automático de captura, processamento e liquidação das transações, que entre outros é a base para o reconhecimento de receitas operacionais, da importância dos controles internos de monitoramento e à relevância dos valores envolvidos, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Com o suporte técnico de nossos especialistas em tecnologia, efetuamos a avaliação do desenho, implementação e efetividade operacional dos controles gerais de tecnologia da informação associados com a captura, processamento e liquidação das transações com cartões de crédito e débito e contas relacionadas, considerando os aspectos de acesso lógico e físico, mudanças e desenvolvimento de sistemas em programas e infraestrutura, cópia e armazenamento de informações (Backup), além dos controles chave automatizados relacionados aos processos de negócio definidos como relevantes, executando mapeamento e avaliação de interfaces contábeis, de controles de acesso, configurações de regras de negócio e cálculos automatizados. Aplicamos ainda, testes por amostragem sobre os controles relacionados ao processo de registro e monitoramento dos saldos das contas patrimoniais relacionados às transações realizadas (captura, processamento e liquidação das operações) e do registro da respectiva receita operacional, bem como, efetuamos, por meio de amostragem, testes sobre as conciliações contábeis dos principais saldos, avaliando a documentação suporte e a integridade dos registros efetuados. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Sociedade nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas descritas na nota explicativa nº 5.

## 2. Avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis de vida útil definida e ágios

Conforme descrito nas notas explicativas nº 8 e 10, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem valores de ágios oriundos da aquisição de investimentos e ativos intangíveis com vida útil definida cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios preparados pela Sociedade. Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura das unidades geradoras de caixa para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Avaliamos o desenho, implementação e a efetividade operacional dos controles internos relevantes relacionados a preparação e revisão do plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises do valor recuperável das unidades geradoras de caixa onde os ágios e ativos intangíveis foram alocados. Adicionalmente analisamos, com o suporte técnico de nossos especialistas em finanças corporativas, a razoabilidade e consistência dos dados e premissas utilizados na preparação desses documentos, tais como taxas de crescimento, taxas de desconto, projeções de fluxos de caixa e estimativas de rentabilidade, bem como efetuamos a análise da razoabilidade dos cálculos matemáticos incluídos em tais documentos. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Sociedade nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas descritas nas notas explicativas nº 8 e 10.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Osasco, 30 de janeiro de 2017.

KPMG Auditores Independentes CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola

Contador CRC 1SP214007/O-2